

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,  
ATUÁRIA E  
CONTABILIDADE - FEAAC  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**MONOGRAFIA - II**

**DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO  
TRABALHO  
O BRASIL NA DÉCADA DE  
OITENTA**

**ALUNO: LUIZ ROBERTO BARRETO  
ORIENTADOR: PROF. ANTÔNIO LISBOA TELES DA ROSA**

**FORTALEZA, SETEMBRO DE 1996**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Banca Examinadora:

---

Antônio Lisboa Teles da Rosa  
Orientador

---

Euripedys Ewbank Rocha

---

José Haroldo Aguiar Júnior

FORTALEZA, SETEMBRO DE 1996

---

---

## AGRADECIMENTOS

---

---

Quero agradecer, em especial, a meus pais, José Laércio e Cléa Maria, pelo incentivo e pelo investimento;

aos meus avós, Nilo Cunha e Valdeci Pessoa, pela torcida e pela expectativa;

ao estimado professor e orientador, Antônio Lisboa, por dedicar seu valioso tempo a correção da monografia;

aos membros da banca examinadora, Eurípedys e Haroldo, pela disposição e pelas sugestões;

aos funcionários da biblioteca da FEAAC e do CAEN, pelo atendimento e atenção;

aos colegas Alexandre Maia, Ricardo Brito e Cláudio André, pelo companheirismo e apoio;

e enfim, a todos aqueles que colaboraram para o sucesso desse trabalho.

---

## RESUMO

---

A monografia se dedica a análise da distribuição de renda do trabalho no Brasil durante a década de oitenta. Primeiramente, é abordado alguns aspectos teóricos sobre a distribuição de renda, envolvendo teorias sobre: a distribuição funcional - que considera a segmentação do mercado de trabalho -, e a distribuição pessoal - que concede importância ao capital humano, mais precisamente ao nível educacional do trabalhador. Um importante estudo é realizado por Langoni sobre o aumento da distribuição de renda na década de sessenta, que atribui tal processo ao desequilíbrio transitório entre oferta e demanda por mão-de-obra qualificada durante os fases iniciais do desenvolvimento econômico do país, mas que acaba sendo muito criticada por não considerar a segmentação do mercado de trabalho e os fatores de ordem política.

Em seguida é realizada uma análise comparativa da desigualdade de renda entre as décadas de sessenta, setenta e oitenta. Foram observadas duas diferenças entre a década de oitenta e as duas décadas anteriores com relação à iniquidade da distribuição. A primeira revela que a mudança na composição da força de trabalho, muito intensa nas décadas de sessenta e setenta, devido ao grande desenvolvimento do país, quase não influencia a variação da desigualdade de renda do trabalho na década de oitenta, explicado pelo fraco desempenho econômico brasileiro no período. A segunda diferença é que o aumento da desigualdade de renda se processa simultaneamente à uma redução de renda média dos trabalhadores, sendo que os grupos de renda mais baixa sofreram perdas maiores do que os grupos de renda mais alta.

Na terceira parte é analisada as principais causas do aumento da distribuição de renda na década de oitenta, dando destaque à aceleração da inflação e às políticas salariais prejudiciais à manutenção do salário real do trabalhador. O crescimento da concentração de renda se processa numa conjuntura econômica marcada por fases de recessão e retomada do crescimento, que envolve planos de estabilização com ênfase no arrocho salarial. Com a conquista de uma liberdade política, os agentes econômicos ficam mais livres para agir e entram num conflito pela renda através da geração da inflação. Alguns agentes perdem mais que outros durante esse processo, se beneficiando basicamente, os mais ricos, os setores oligopolizados e os grupos de trabalhadores que tiveram maior poder de barganha para conseguir manter o seu ganho real. Isso levou a uma maior dispersão salarial entre os trabalhadores que repercutiu no aumento da desigualdade de renda.

---

---

## SUMÁRIO

---

---

	Pág.:
INTRODUÇÃO .....	01
1. TEORIAS EXPLICATIVAS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA .....	06
1.1. Distribuição funcional da renda .....	07
1.1.1. Teoria Kaldoriana.....	08
1.1.2. Teoria dualista de Lewis .....	08
1.1.3. Teoria Kaleckiana .....	09
1.2. Distribuição pessoal da renda.....	10
1.2.1. O capital humano .....	11
1.2.1.1. A influência da educação na distribuição da renda .....	11
1.3. O estudo de Langoni .....	14
1.4. A influência do fator político na distribuição de renda .....	17
2. DESIGUALDADE DE RENDA: TENDÊNCIA DE LONGO PRAZO .....	18
2.1. A mudança na composição da força de trabalho.....	19
2.1.2. Composição da força de trabalho e distribuição de renda ..	21
2.2. A variação da renda média .....	27
2.3. O aumento da desigualdade .....	32
3. A CONTINUAÇÃO DA DESIGUALDADE NOS ANOS OITENTA .....	36
3.1. A conjuntura econômica dos anos oitenta .....	37
3.2. Distribuição de renda e inflação .....	39
3.3. Inter-relação entre o mercado de bens e de trabalho.....	42
3.4. Política salarial e distribuição de renda .....	45
3.4.1. As políticas salariais do Governo Figueiredo .....	47
3.4.2. A política salarial no Governo Sarney .....	51
3.4.2.1. A questão salarial no Plano Cruzado .....	51
3.4.2.2. A livre negociação salarial.....	53
3.5. A dispersão salarial na década de oitenta.....	54
CONCLUSÃO .....	57
BIBLIOGRAFIA.....	60

---

## INTRODUÇÃO

---

Um dos principais pontos positivos do Plano Real, que passou a ser executado pelo governo brasileiro desde junho de 1994, foi, juntamente com queda da inflação, o aumento do poder de compra das camadas sociais mais baixas da população, possibilitando uma melhoria, ainda que pequena, da distribuição de renda no país. Segundo dados apresentados pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), nos doze meses anteriores ao Plano Real, os 20% mais ricos detinham 65,7% dos rendimentos do trabalho, enquanto os 50% mais pobres ficavam com somente 10,4%. Mas após um ano, o quadro da distribuição já apresentava melhoria: os 20% mais ricos ficaram com 63,4%, enquanto os 50% mais pobres tiveram sua participação na renda nacional aumentada para 11,6%, o que representou uma transferência de 7,5 bilhões de reais (Melhorou a Distribuição de Renda, Revista VEJA, Edição 1433, p. 23, 28/02/1996).

A melhoria da distribuição de renda possibilitada pelo Plano Real serviu de inspiração para a elaboração desta monografia, a qual faz uma análise da distribuição da renda do trabalho na década de oitenta, que foi um período marcado por crises na economia, como a profunda recessão do início da década e escalada da inflação no seu decorrer, além dos diversos planos de estabilização da economia e o processo de redemocratização do país.

O problema da repartição de renda já vem sendo discutido desde os anos sessenta, mas ainda não existem sinais concretos de uma tendência de debelar suas possíveis causas.

O grande desenvolvimento econômico brasileiro ocorrido entre as décadas de 50 e 80 foi acompanhado de uma distribuição desigual da renda gerada, fazendo com que o Brasil, já no final da década de setenta, apresentasse uma das piores distribuições de renda do mundo.

Tem-se, então, buscado compreender as causas que levaram e que levam o Brasil a apresentar uma distribuição de renda tão desigual. Algumas teorias sobre distribuição de renda podem ajudar a explicar o caso brasileiro, merecendo destaque a teoria de Langoni sobre as causas do aumento da desigualdade de renda nos anos sessenta.

Mas o que deve ser lembrado é que não existe um consenso entre os economistas sobre a base teórica que deve ser considerada para se justificar a desigualdade distributiva de um país.

No caso brasileiro, a teoria da "*heterogeneidade estrutural*" (ROMÃO, 1986, p. 258) é bastante aceita para explicar porque existe uma desigualdade de renda tão acentuada entre os trabalhadores de diversas categorias e de diversos setores da economia. Com base nessa teoria, a compreensão do processo de distribuição de renda está associado às particularidades das estruturas produtivas e sociais de um país. Essa diversidade estrutural aliada a um mercado de trabalho também diferenciado formam a base para intensificar a iniquidade da distribuição de renda.

Mostrando ser uma tendência de longo prazo, a distribuição de renda no Brasil, durante a década de oitenta, se apresentou mais desigual que nas duas décadas anteriores, pois foi agravada pelos momentos de recessão e de inflação elevada ocorridas nesse período. As tentativas de solucionar os problemas de

ordem econômica, como a crise no balanço de pagamentos, no início da década, e a aceleração da inflação, levaram o governo a novamente negligenciar os problemas de ordem social, como a distribuição de renda.

Na primeira metade dos anos oitenta foram executados planos de ajuste ortodoxo influenciados pelo FMI (Fundo Monetário Nacional), que tiveram uma conotação regressiva do ponto de vista distributivo, através das políticas de arrocho salarial (ROMÃO, 1986, p. 258). A conjuntura econômica dos anos oitenta, também caracterizada pelas altas taxas de inflação e pelo modesto desenvolvimento da economia, contribuiu bastante para o aumento das desigualdades na distribuição de renda, com reflexos na diminuição do bem-estar social e crescimento da pobreza.

Os dados extraídos dos PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada pelo IBGE) são a principal fonte de informação para os estudos sobre a distribuição de renda no Brasil. Contudo, não abrangem todo o tipo de renda, como os lucros das empresas, ou ainda, tem problemas com a subdeclaração de rendas provenientes de outras fontes que não seja do trabalho. De qualquer forma, do total da renda declarada nas pesquisas, em torno de 90% provém do trabalho<sup>1</sup> (salários, rendimentos de trabalhadores

---

<sup>1</sup> A renda do trabalho pode ser obtida a partir do rendimento médio por hora trabalhada ou pela extensão da jornada de trabalho. No Brasil, a desigualdade salarial é mais elevada que a desigualdade de rendimentos do trabalho, uma vez que a jornada de trabalho tende a ser maior entre os trabalhadores com menores salários (BARROS & REIS, 1991).



autônomos e *pro labore* dos patrões). Então, a análise se concentra na distribuição pessoal da renda, e denota que o crescimento da desigualdade está relacionado com o aumento da diferenciação dos rendimentos dos trabalhadores.

Considerando de maior relevância os rendimentos obtidos através dos salários, para se fazer uma boa análise da desigualdade de renda no Brasil é necessário que haja um estudo sobre a elevada diferenciação de salários existentes. A origem dessa desigualdade salarial é associada à grande heterogeneidade dos trabalhadores, principalmente no que se refere à educação, a produtividade, a ocupação, e aos diferentes setores onde atuam (oligopolizados e competitivos), além do diferenciado poder de barganha que existe entre as categorias de trabalhadores para manter seus salários reais, diante do crescimento inflacionário e do rigor das políticas salariais.

Mais precisamente, o que se quer entender aqui é como se processou a distribuição da renda do trabalho no Brasil na década de oitenta, observando que o processo de crescimento da desigualdade difere das décadas anteriores, pois a instabilidade econômica dessa época, fez com que praticamente toda a população economicamente ativa<sup>2</sup> perdesse renda. Entretanto, os extratos de renda tiveram níveis de perda desiguais, contribuindo para o aumento da desigualdade de renda.

---

<sup>2</sup> A população economicamente ativa (PEA) é formada por pessoas que estão efetivamente integradas no mercado de trabalho, representada por pessoas empregadas e desempregadas.

Feita essa introdução, o restante do trabalho ficou organizado da seguinte forma. O capítulo 01 contém um sumário de algumas teorias levantadas para melhor explicar as causas das desigualdades de renda no Brasil. No capítulo 02 é mostrado que a desigualdade da distribuição de renda no Brasil é uma tendência de longo prazo e que, na década de oitenta, ela se processa de modo distinto em relação às duas décadas anteriores. No capítulo 03 como mercado de trabalho se comporta diante de uma situação econômica com crescimento da inflação, fazendo abordagem especial sobre a influência das políticas salariais dos anos oitenta na distribuição de renda. E finalmente, a última parte apresenta uma conclusão sobre os principais pontos do trabalho.

## 1. TEORIAS EXPLICATIVAS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O estudo teórico da distribuição de renda é um assunto complexo. A formulação das teorias sempre estiveram mais voltados para a distribuição funcional da renda (correspondente aos diversos fatores de produção - terra, trabalho, capital, etc) e seus detentores. Mas recentemente, as teorias que tratam da distribuição pessoal da renda, ou seja, aquelas que tentam explicar a distribuição com base no ganho de cada indivíduo, tem sido mais consideradas.

De acordo com a distribuição funcional, "*a renda de cada indivíduo seria determinado pela soma dos pagamentos pelos fatores por ele possuídos, e as participações de cada fator na renda total são determinadas pelos preços pagos por cada um deles*" (RAMOS & REIS, 1991, p.24). Como hoje existe uma maior concentração de fatores nas mãos de poucos indivíduos, há uma necessidade de se buscar um conhecimento mais profundo sobre a distribuição de renda, não podendo se restringir somente ao conhecimento da contribuição de cada fator para a formação da renda.

Com relação à distribuição pessoal de renda também existe dificuldade em se formular uma teoria de distribuição satisfatória, pois não se trata de um processo isolado da economia, além de apresentar peculiaridades em cada país específico. Seria preciso desenvolver uma teoria que considerasse as particularidades sócio-

país, a fim de explicar da melhor maneira possível o mecanismo distributivo.

Na verdade, existe uma inter-relação entre distribuição funcional da renda e distribuição pessoal da renda, *"pois ambas são consequência direta do sistema produtivo e dos padrões de demanda e oferta de fatores"* (RAMOS & REIS, 1991, p. 24). Para melhor entender o processo distributivo é preciso saber quais as considerações feitas tanto a respeito da distribuição funcional da renda, quanto da distribuição pessoal da renda, pois existe uma forte inter-relação entre esses dois tipos de distribuição.

### 1.1. Distribuição funcional da renda.<sup>3</sup>

Na distribuição funcional da renda, a análise está centrada na forma de como a renda é repartida entre os diversos agentes econômicos detentores dos fatores de produção capital e trabalho.

Há uma variedade de teorias relativas a distribuição funcional da renda. A exposição de algumas dessas teorias é necessária porque elas estão associadas à análise da distribuição da renda pessoal, pois sempre é preciso considerar a repartição dos fatores entre os agentes econômicos quando se quer falar sobre distribuição de renda. A teoria da distribuição elaborada pelos economistas clássicos, onde a terra, o capital e o trabalho foram considerados os fatores

---

<sup>3</sup> Conhecer os aspectos teóricos sobre a distribuição da renda funcional é importante como base para se explicar a questão distributiva em economias em desenvolvimento, e oferece alguma complementariedade para a explicação sobre a distribuição pessoal da renda.

primários da produção, serviu de base para a formulação de outras correntes de pensamento econômico (marxista, marginalista, dualista). As teorias mais importantes sobre distribuição de renda estão relacionadas com o crescimento econômico de um país, e algumas delas servem para explicar o caso brasileiro.

### 1.1.1. Teoria Kaldoriana.

Kaldor tenta explicar o processo de distribuição de renda partindo do modelo em que o investimento é determinado pelo grau de crescimento econômico que um país quer alcançar. Supondo-se que os capitalistas possuem propensão a poupar maior que os trabalhadores, seria necessário uma redistribuição de renda em favor dos capitalistas, através da elevação de preços e redução do salário real, a fim de alcançar um nível de poupança que viabilizasse um crescimento sustentável da economia. *"Assim, quanto maior a taxa de crescimento almejada, mais viesada em direção ao capital deve tornar-se a distribuição funcional da renda"* (RAMOS & REIS, 1991, p. 26).

### 1.1.2. Teoria dualista de Lewis.

O modelo dualista de Lewis combina a visão marginalista<sup>4</sup> com a existência de mercados imperfeitos, mais comum em países em

---

<sup>4</sup> Na visão marginalista a distribuição de renda é alterada quando houver variação na remuneração dos fatores capital e trabalho, o que vai depender de mudanças na disponibilidade relativa desse fatores e das inovações tecnológicas (considerando a existência de concorrência perfeita).

desenvolvimento. Segundo esse modelo há uma coexistência do setor moderno e o setor tradicional, ocorrendo uma transferência do excesso de trabalhadores do setor de subsistência para o setor moderno, como modo de atender às necessidades de crescimento desse setor. O setor moderno se configura como uma estrutura poupadora de mão-de-obra, contribuindo para manter um alto nível de desemprego e subemprego, enquanto o setor tradicional, que apresenta um nível mais baixo de tecnologia e baixos salários, fica responsável pela absorção da mão-de-obra excedente. *"A questão da segmentação dos mercados está no âmago da questão, sendo a falta de comunicação entre os dois setores crucial para a continuidade da dicotomia profunda na economia"* (RAMOS & REIS, 1991, p.25)

### 1.1.3. Teoria Kaleckiana.

A teoria kaleckiana leva em consideração as imperfeições do mercado e o conflito entre as classes sociais. As firmas tenderiam a fixar os preços através de uma margem acima de seus custos variáveis (*mark up*), o que acabaria neutralizando o poder de reivindicação dos trabalhadores, pois os aumentos salariais seriam automaticamente refletidos em aumento dos preços. Tal margem de lucro estaria condicionado ao grau de competição da economia. Em economias mais monopolizadas, a participação dos salários na renda total seria bem menor. Dessa maneira, *"... a distribuição funcional da renda é*

função do grau de imperfeição existente no funcionamento dos mercado” (RAMOS & REIS, 1991, p. 25)

## 1.2. Distribuição pessoal da renda.

Na distribuição pessoal da renda a análise está centrada na forma de como a renda é distribuída para cada indivíduo e está associada ao nível de bem-estar e de pobreza da população.

Não se dispõe de uma muitas teorias que expliquem satisfatoriamente como se processa a distribuição pessoal de renda, por isso ela fica muito restrita à aspectos estatísticos e descritivos do problema. Mas , basicamente, existem dois modelos que se aprofundaram nesse tipo de distribuição<sup>5</sup>: o modelo estocástico<sup>6</sup> e a teoria do capital humano.

Entretanto, o modelo estocástico deixa de abordar a maneira de como cada indivíduo atua na formação de sua renda<sup>7</sup>, e assim, pouco oferece em termos de melhor compreensão da mecânica distributiva.

Assim, será melhor considerar a teoria do capital humano, onde a distribuição da renda pessoal é o resultado de um conjunto de

---

<sup>5</sup> A teoria da distribuição pessoal da renda não dá importância ao processo de transmissão de riqueza entre gerações sucessivas, o que deixa sem explicação um fator que certamente contribui para o aumento da desigualdade e de sua continuidade.

<sup>6</sup> O modelo estocástico considera que a desigualdade de renda seria a consequência de uma série de alterações aleatórias nas rendas individuais de igual probabilidade e independente do seu nível. Dessa maneira, partindo de uma distribuição inicial qualquer, o “processo estocástico convergiria para uma distribuição log-normal da renda pessoal” (RAMOS & REIS, 1991, p. 27). Ver mais a respeito em *Income distribution* de J. Pen (1974).

<sup>7</sup> Seja de forma ativa, através de escolhas ou decisões pessoais, ou da forma passiva, dependendo de como característica inata vai ser valorizada no mercado.

características particulares (sexo, idade, escolaridade, etc.) dos indivíduos que atuam em um determinado mercado de trabalho.

### 1.2.1. O capital humano.

A teoria do capital humano dá ênfase ao fator educação na determinação da renda pessoal. Com base nas perspectivas futuras<sup>8</sup> e em preferências pessoais, o indivíduo decide o quanto quer se educar para obter um nível maior de renda ao longo de sua vida. Desse ponto de vista, uma boa maneira de promover uma redução na desigualdade na distribuição de renda de um país, seria a execução de políticas educacionais com o objetivo de facilitar o acesso da população ao sistema de ensino e aumentar sua produtividade, de modo a melhorar a distribuição de renda, através da eliminação do desequilíbrio entre oferta e demanda por diferentes níveis de educação, o que acabaria por suprimir salários mais elevados ocasionados pela escassez de mão-de-obra qualificada.

#### 1.2.1.1. A influência da educação na distribuição de renda.

A melhoria da distribuição de renda dentro de um país passa obrigatoriamente por uma melhor distribuição da educação. Para isso é necessário que toda a população tenha acesso ao sistema de ensino, principalmente ao ensino básico. Mas no caso do Brasil, o

---

<sup>8</sup> Perspectivas de retornos associados a diferentes níveis educacionais fazem com que a pessoa decida ou não investir em educação, de modo a ter melhores condições de vida.



ensino superior foi privilegiado, recebendo investimento maciço por parte do governo, em detrimento do ensino básico fundamental<sup>9</sup>. O grande investimento no ensino superior gratuito, fez com que aumentasse o nível de concentração da educação em direção às camadas altas e médias da população, pois foram as únicas com condições de pagar por um ensino básico privado, de maior qualidade que o ensino público, e assim aumentar suas chances de classificação no vestibular promovido pelas universidades públicas.

Seria necessário que o governo redistribuísse os gastos com a educação, privilegiando mais o ensino básico, a fim de dar melhores oportunidades às classes mais baixas alcançarem bons níveis educacionais. Na verdade, as taxas de retorno sociais<sup>10</sup> em educação superior são maiores do que as registradas pelos níveis primário e secundário, daí a preferência do governo em investir em universidades. Apesar de ser mais rentável, o ensino superior não apresenta taxas de retorno pessoal maiores que o ensino primário e secundário, daí que investir em ensino superior não é prioridade se houver a intenção de diminuir as desigualdades na distribuição de renda.

Uma importante observação que deve ser feita é sobre a relação que se faz entre educação e produtividade na determinação da distribuição de renda: um nível mais alto de instrução do trabalhador

---

<sup>9</sup> Os gastos governamentais por aluno no ensino superior equivale ao gasto com 8 alunos no ensino primário e 7 no ensino secundário (LEAL & WERLANG, 1991, p. 93).

<sup>10</sup> Representa a rentabilidade do investimento em educação - que é chamado de externalidade positiva, pois a ação de uma única pessoa causa um bom impacto no bem-estar da sociedade. O exemplo disso é a formação de um médico, que atuando na área da saúde, representa benefícios para a sociedade.

eleva sua produtividade, contribuindo para reduzir as desigualdades de renda.

Por um lado, como o trabalhador não controla seu processo de trabalho nem se apropria do produto, um aumento da produtividade implicaria em crescimento da taxa de lucro, beneficiaria mais os empresários, o que contribuiria para o aumento da desigualdade funcional da renda.

De outra forma, o aumento da produtividade do trabalhador poderia elevar seu ganho salarial, e assim, reduzir a dispersão de salários existente entre os próprios trabalhadores, e conseqüentemente, diminuir a desigualdade de renda entre eles.

Além disso, o nível de educação formal de um indivíduo não garante que ele seja mais produtivo, servindo apenas como de modo das empresas selecionarem mão-de-obra - o nível de instrução seria apenas um indicador de melhor adaptação do indivíduo na execução de suas tarefas. E mesmo trabalhadores de igual qualificação podem receber salários diferentes, o que vai depender do mercado de trabalho onde atuam.

Outro fato importante é que para se fazer uma boa análise de como a educação pode influenciar na distribuição de renda é preciso relacioná-la com outras variáveis, como os diferentes setores e regiões, para assim poder chegar a alguns resultados comparativos da

renda média, da desigualdade de educação e a da desigualdade interna de cada grupo.

Dessa maneira, as diferentes características regionais e setoriais podem levar as empresas a remunerar de modo desigual trabalhadores com o mesmo nível de qualificação, de maneira que, uma melhor distribuição da educação, por si só, não resolveria o problema da desigualdade de renda.

Conclui-se ,então , que numa economia onde exista *"segmentações e imperfeições no mercado de trabalho que afetariam a estrutura de empregos"* (RAMOS & REIS, 1991, p. 30), como no caso brasileiro, uma melhor distribuição da educação não teria tanta eficácia em amenizar as desigualdades de renda. Portanto, a aplicabilidade da teoria do capital humano tem que levar em consideração as teorias que explicam a distribuição funcional da renda.

### 1.3. O estudo de Langoni.

Baseado no modelo do capital humano, Langoni<sup>11</sup> também tentou explicar o aumento da desigualdade de renda no Brasil, referindo-se aos anos sessenta. Apesar de ser contestada por alguns economistas<sup>12</sup>, sua teoria serve como referência para outros trabalhos sobre distribuição de renda.

---

<sup>11</sup> LANGONI, Carlos. Distribuição de Renda e Desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Expansão e Cultura, 1973.

<sup>12</sup> Dentre esses economistas estão Fishlow (1972,1973), Bacha e Taylor (1980).

Pela análise de Langoni, a deterioração da distribuição de renda na década de setenta *"teria sido uma consequência natural do ritmo bastante acelerado de crescimento então experimentado pelo país"* (RAMOS, 1991, p. 07). Para Langoni o aumento da desigualdade de renda na fase de elevado crescimento esteve relacionado à dois mecanismos: 1) mudanças na composição da força de trabalho (idade, educação, etc.), como sua alocação regional e setorial; e 2) *"desequilíbrios no mercado de trabalho decorrentes de uma expansão acelerada da demanda por mão-de-obra qualificada, na presença de uma oferta relativamente inelástica de curto prazo..."* (RAMOS & REIS, 1991, p. 34).

A mudança na composição da força de trabalho como causador do aumento da desigualdade de renda nos anos sessenta estava fundamentado na teoria de Kuznets, para o qual a *"desigualdade aumentaria nas fases iniciais do desenvolvimento e se reduziria a partir de um determinado ponto"*<sup>13</sup> (RAMOS & REIS, 1991, p. 35).

Para Langoni, a mudança do nível educacional dos trabalhadores da década de setenta (redução do analfabetismo e

---

<sup>13</sup> A explicação de Kuznets é "...que a desigualdade de renda tende a aumentar nos estágios iniciais do desenvolvimento econômico, quando grande parcela da mão-de-obra está concentrada no setor agrícola, de baixa remuneração, para apenas posteriormente vir a diminuir, quando houver ocorrido uma transferência substancial de mão-de-obra para o setor industrial de maiores salários". A fase da diminuição da desigualdade ocorreria "...quando a economia atingisse o ponto onde o trabalho passa a ser remunerado de acordo com a produtividade marginal do setor tradicional..." (RAMOS, 1991:08).

expansão do ensino secundário e superior) foi a variável mais importante para determinar a desigualdade de renda.

Segundo seu estudo, com a melhoria da educação dos trabalhadores, haveria um reequilíbrio no mercado de trabalho a longo prazo, e assim, uma redução dos diferenciais de renda, fato que depois não foi constatado, pois os trabalhadores mais qualificados acabaram sendo beneficiados.

Então, pela teoria de Langoni, o desenvolvimento econômico e tecnológico dos anos sessenta teria aumentado a demanda por trabalho qualificado em presença de oferta inelástica de curto prazo, associado à mudança na composição da força de trabalho - consequência do processo de desenvolvimento - é que teria provocado o aumento da desigualdade na distribuição de renda<sup>14</sup>.

O estudo de Langoni sobre distribuição de renda, fundamentado na teoria do capital humano, não poderia ser considerado suficiente caso não se associasse às teorias acerca da distribuição funcional da renda. O conjunto dessas teorias servirão de base para a elaboração deste trabalho.

---

<sup>14</sup> "Em uma decomposição do aumento de desigualdade entre 1960 e 1970 baseada na variância dos logaritmos, Langoni obteve que 35% do aumento deveu-se a mudanças na composição educacional da força de trabalho, 23% a mudanças nas rendas dos grupos educacionais e o restante ao aumento da desigualdade dentro de cada grupo (BONELLI e RAMOS, 1993:07).

#### 1.4. A influência do fator político na distribuição de renda.

Tendo como base nas explicações teóricas sobre distribuição da renda, é necessário observar a importância do fator político na determinação da concentração de renda. Esse fator político pode estar relacionado com políticas salariais, ao poder de barganha dos trabalhadores, ou com o modelo de desenvolvimento econômico de um país.

No caso brasileiro, pode ser constatada essa influência política principalmente nos anos sessenta e setenta, quando se analisa o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país, que promove uma concentração de renda com o objetivo de criar um mercado de consumo capaz de demandar os produtos industrializados que o país passaria a produzir, e a execução de políticas salariais "restritivas" que foram impostas pelo governo autoritário da época, que somado ao reduzido poder de barganha da maioria dos sindicatos ocasionou uma maior desigualdade salarial.

As decisões políticas tomadas para o desenvolvimento econômico brasileiro contribuíram para alterar a distribuição funcional de renda<sup>15</sup>, refletindo também na distribuição pessoal da renda.

Assim, os motivos da desigual distribuição de renda brasileira não está somente ligada a condicionantes econômicos, mas também a fatores políticos.

---

<sup>15</sup> Ver a respeito em ROSA, Antonio Lisboa Teles da. Convergência da Produtividade e Distribuição Funcional da Renda no Crescimento Industrial Brasileiro e Nordeste: 1970 - 85. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza: Vol. 26, n.01, Jan/Mar/1995, p. 11-39.

## 2. DESIGUALDADE DE RENDA: TENDÊNCIA DE LONGO PRAZO

O modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil, desde a década de 50, foi concentrador de renda. Com os planos de desenvolvimento traçados, principalmente durante o regime militar, nas décadas de 60 e 70, a concentração da renda se acentuou como resultado da política do governo de dar a uma pequena parcela da população capacidade de consumo para os produtos que seriam produzidos pelas novas indústrias que se instalavam no país, além de propiciar uma melhor formação de poupança interna para impulsionar o crescimento da economia.

Contudo, a maioria da população não foi recompensada por sua participação nas etapas de crescimento econômico da nação. O que ocorreu foi um aumento da iniquidade da distribuição de rendimentos em consequência de fatores estruturais, tais como, "... *distorções nos preços dos fatores de produção, a escolha de tecnologia inadequada em termos de disponibilidade relativa dos fatores, a ênfase indevida no desenvolvimento dos setores de bens duráveis de consumo e bens de capital, a excessiva pressão populacional, as políticas agrícolas equivocadas e a injustiça da ordem econômica internacional vigente*" (RAMOS, 1991, p. 05). Isso mostra que a deterioração na repartição da renda não esteve associada ao crescimento econômico, mas sim ao modelo de crescimento adotado pelo Brasil.

Na década de oitenta, a desigualdade de renda continuou aumentando, mas de uma maneira diferente de como ocorrera nas décadas anteriores. Na fase de grande crescimento econômico do país entre 1960 e 1980, a renda média da população brasileira vinha crescendo, embora houvesse um agravamento da desigualdade. Mas nos anos oitenta, a renda média da população decresce juntamente com o aumento da desigualdade de renda, que se processa através da diferenciação de perdas entre os extratos de renda.

Outro aspecto que merece ser destacado é que na década de oitenta a mudança na composição da força de trabalho, principalmente quando se considera a melhoria do nível educacional do trabalhador, teve seu impacto diminuído sobre a distribuição de renda, apesar de ser ainda um fator de relevância.

### 2.1. A mudança na composição da força de trabalho.

Nesses últimos 40 anos, o Brasil sofreu profundas transformações sócio-econômicas: a economia, que era essencialmente agrícola, passou a ter sua base na indústria concentrada nas grandes cidades, e com isso, a população, que era na sua grande maioria rural, passou por um acentuado processo de urbanização.



Essas mudanças levaram à coexistência de formas produtivas e de relações sociais diferenciadas dentro da economia brasileira. Passou-se a identificar estruturas produtivas que se distinguiam principalmente pelos seus níveis de produtividade: setores tradicionais, onde predominam trabalhadores de menor qualificação (educação) que normalmente operam com baixa produtividade, resultando em baixos rendimentos tanto para os empregadores quanto para os trabalhadores; e setores modernos<sup>16</sup> com trabalhadores mais qualificados, que utilizam processos técnicos mais avançados, possibilitando maior produtividade, e conseqüentemente, melhores ganhos monetários para proprietários e trabalhadores.

O desenvolvimento provocou mudanças na composição da força de trabalho na economia brasileira, o que gerou níveis muito diferenciados de produtividade, de organização sindical e de desigualdade salarial. A combinação da existência de disparidade na produtividade entre os setores da economia com as relações heterogêneas que se articulam ao redor desses diferentes setores, resultou num modo desigual de repartição de produto e renda.

---

<sup>16</sup> As características dos setores modernos fazem com que esses, além de apresentar uma maior concentração de renda, absorve de maneira desigual a renda gerada pelo crescimento econômico.

## 2.1.2. Composição da força de trabalho e distribuição de renda.

Para avaliar a influência da composição da força de trabalho sobre a distribuição de renda na década de oitenta foi utilizado nesta seção a decomposição estática e dinâmica realizada no trabalho de Ramos e Bonelli (1993) sobre distribuição de renda no Brasil.

Utilizando o índice T de Theil<sup>17</sup>, a decomposição é feita entre os grupos sócio-econômicos de interesse e desigualdade no interior destes grupos, considerando-se quatro variáveis: educação, idade, setor de atividade e posição na ocupação.

---

<sup>17</sup> O índice de Theil é mais apropriado à decomposição de desigualdade entre grupos. "O índice T de Theil pode ser escrito como:

$$T = \sum_{i=1}^n a_i \cdot b_i \cdot \log(a_i) = \sum_{g=1}^G a_g \cdot b_g \cdot \log(a_g) + \sum_{g=1}^G a_{g'} \cdot b_g \cdot T_g$$

onde os a's são a relação entre a renda média do grupo e a renda média total, os b's são a participação relativa de cada grupo na população total e  $T_g$  é o T de Theil entre os membros do g-ésimo grupo. O primeiro termo no lado direito da equação acima representa a desigualdade entre os grupos, ao passo que o segundo representa a desigualdade intragrupos" (BONELLI & RAMOS, 1993, p. 17).

**TABELA 01**  
*Poder Explicativo do Modelo na*  
*Decomposição Estática*  
*(% do T de Theil)*

VARIÁVEL	S 77	M 77	S 81	M 81	S 85	M 85	S 89	M 89
Educação	31,6	27,0	36,2	19,5	34,2	27,2	29,4	23,7
Idade	8,2	8,6	8,8	8,8	9,3	9,0	8,3	7,5
Posição	11,2	8,6	8,7	6,2	10,5	7,2	13,2	9,5
Setor	5,0	4,3	7,4	5,1	6,3	3,9	4,9	4,5
Educação+Idade	42,4		47,0		45,3		38,2	
Educação+Posição	42,2		42,6		42,7		40,3	
Idade+Posição	17,0		16,3		18,2		19,4	
Educação+Idade+Posição	49,8		51,5		51,3		46,6	
Educação+Idade+Setor	45,4		50,4		48,0		41,6	
Educação+Posição+Setor	45,5		46,6		46,2		43,6	
Idade+Posição+Setor	27,1		26,9		28,0		27,4	
Todas	54,1		56,4		55,2		51,1	

S-explicação bruta no ano; M-explicação marginal no ano t.

Fonte: BONELLI & RAMOS, 1993, p. 18.

A tabela 01 mostra as decomposições estáticas baseadas em participações da população de acordo com grupos de uma única variável ou no conjunto de mais de uma variável, para os anos de 1977, 1981, 1985 e 1989, individualmente.

Os dados da tabela 01 inclui o ano de 1977, mas o que realmente interesse são os anos da década de oitenta. Com esses dados é possível perceber que a variável educação, individualmente, ainda explica a maior parcela da desigualdade de renda (entre 29 e

36% da desigualdade), ficando a posição na ocupação em segundo lugar(entre 9 e 13%), a idade em terceiro(entre 7 e 9%), e o setor de atividade com a menor contribuição (entre 5 e 7%).

O que se observa de mais importante nestes dados é que a contribuição da educação da força de trabalho e do setor de atividade onde ela atua, na determinação da desigualdade de renda, decresceram do final dos anos setenta até o final da década de oitenta.

Comparando esses resultados com o estudo feito por Langoni na década de sessenta, constata-se que suas previsões não se realizaram. Langoni havia previsto que a desigualdade de renda atribuída à educação seria transitória, pois com a melhoria do nível educacional dos trabalhadores, ela tenderia a se reduzir, fato que nos anos oitenta não aconteceu.

Outro ponto que deve ser observado é que a influência dessas quatro variáveis juntas na explicação da desigualdade total, diminuiu ao longo da década de oitenta, o que talvez estivesse indicando uma "tendência no sentido de que outras variáveis vêm ganhando peso na década com a recessão e a aceleração inflacionária"(BONELLI & RAMOS, 1993, p. 18)<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Com relação à inflação, BONELLI & RAMOS assinalam que seu processo de aceleração pode ter provocado uma maior variância no erro da medida.

TABELA 02  
 Resultados da Decomposição Dinâmica  
 (% da Variação no T de Theil)

PERÍODO	VARIÁVEIS	EFEITO ALOCAÇÃO	EFEITO RENDA	CONTRIB. BRUTA	M4
1977/81	Educação	-7,0	13,2	6,2	18,6
	Idade	1,2	6,0	7,2	7,4
	Posição	-4,4	28,6	24,2	17,8
	Setor	8,2	-7,1	1,1	1,7
	Todas	-0,3	48,5	48,2	-
1981/85	Educação	3,9	16,6	20,5	13,4
	Idade	-2,9	20,0	17,1	0,3
	Posição	-0,3	21,8	21,5	16,2
	Setor	3,4	2,0	5,4	-1,7
	Todas	-1,5	53,8	52,3	-
1985/89	Educação	-0,7	10,0	9,3	12,9
	Idade	1,2	8,3	9,5	1,3
	Posição	9,6	13,4	23,0	18,8
	Setor	-1,4	4,2	2,8	6,3
	Todas	8,0	34,2	42,2	-
1977/89	Educação	3,6	11,4	15,0	10,8
	Idade	-2,2	16,4	14,2	1,3
	Posição	5,8	19,7	25,5	20,2
	Setor	-6,8	9,5	2,7	6,8
	Todas	5,9	38,1	44,0	-

M4-é a contribuição marginal de cada variável no modelo completo.  
 Fonte: BONELLI & RAMOS, 1993, p. 21.

A decomposição dinâmica da tabela 02 (variação na desigualdade) realizada por BONELLI & RAMOS, envolve três períodos caracterizados por diferentes combinações de desempenho

macroeconômico e evolução da desigualdade, mais o conjunto dos três períodos, onde se mede a influência do efeito alocação e do efeito renda na variação da desigualdade.

Um aspecto importante da distribuição de renda na década de oitenta, quando comparada com as décadas de sessenta e setenta, é que o aumento da desigualdade de renda esteve bem menos associada ao efeito alocação, isto é, à mudanças na composição da força de trabalho (considerando-se aos aspectos como sexo, idade e educação, como à sua alocação regional e setorial), ou à desequilíbrios no mercado de trabalho, causado pela expansão acelerada da demanda por mão-de-obra qualificada aliada a uma oferta inelástica de curto prazo<sup>19</sup>.

Isso é facilmente explicado pelo fato de que nas décadas anteriores o grande desenvolvimento econômico e tecnológico alterou significativamente a composição setorial da força de trabalho, ao contrário da década de oitenta, marcada pelo fraco desempenho da economia do país, que desacelerou a transformação da estrutura sócio-econômica.

Mas a observação que deve ser considerada é o efeito renda, isto é, efeito da variação da renda média dos grupos, foi bastante superior ao efeito alocação, que foi desprezível no período de 1981/85 (3,9%) e de pouca importância entre 1985 e 1989 (8,0%).

---

<sup>19</sup> Seguindo as conclusões de Langoni.

Avaliando todo o período entre 1977 e 1989, nota-se que as quatro variáveis explicam 44% do aumento da distribuição de rendas do trabalho, e que desse 44% cerca de 38% da distribuição pode ser relacionada às rendas médias dos grupos, e somente cerca de 6% relacionada a mudanças na composição da força de trabalho (efeito alocação).

A variável posição na ocupação influenciou em torno de 22% a variação da desigualdade de todo o período, superando a variável educação tanto em relação ao efeito alocação quanto ao efeito renda. Isso evidencia que é preciso considerar a estrutura de emprego e os diferentes processos de formação de renda interna de cada categoria para explicar os mecanismos causadores da desigualdade de renda.

Nota-se que a educação, como variável explicativa na mudança da estrutura da força de trabalho, continua tendo importância na variação da desigualdade na distribuição de renda nos anos oitenta, embora seus efeitos sobre a desigualdade tenham diminuído durante essa década, baixando de 20,5% no período 1981/85 para 9,3% da contribuição bruta no período 1985/1989.

Analisando todos os períodos da tabela, vê-se que entre 1977 e 1981, a teoria proposta por Langoni faz sentido quando o crescimento econômico e a melhoria da educação reduz a desigualdade de renda, fato que não é observado posteriormente na

década de oitenta, que apesar da melhoria da educação<sup>20</sup>, as rendas associadas à educação se tornam mais dispersas, contribuindo para o agravamento da desigualdade.

A conclusão a respeito desse trabalho de Bonelli e Ramos, é que ele mostra que ao contrário das duas décadas anteriores a melhoria da educação não contribuiu para diminuir a disparidade de renda, e que o efeito alocação teve sua influência bastante reduzida na década de oitenta.

## 2.2. A variação da renda média.

Como foi visto na seção anterior o efeito renda foi o principal responsável pelo aumento da desigualdade na década de oitenta. Para se ter uma melhor compreensão desse efeito é necessário observar como se processou a variação de renda média da população do país durante os anos oitenta.

O gráfico abaixo apresenta a evolução temporal da renda média da população economicamente ativa no Brasil entre as décadas de 1960 e 1990, período no qual se registrou um crescimento médio anual de 2,5% (BARROS & MENDONÇA, 1995, p. 136).

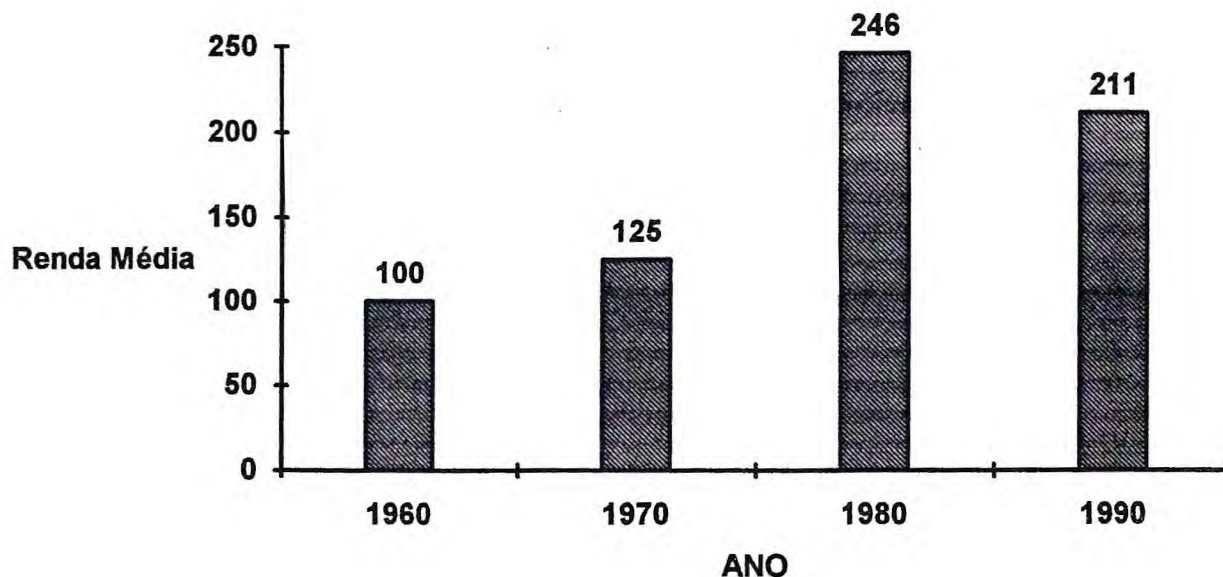
---

<sup>20</sup> Para provar essa melhoria, "Almeida Reis e Paes de Barros (1989) construíram um índice de quantidade média de educação, ponderando-se a porcentagem da população possuidora de determinado número de anos de estudo por seu acréscimo de renda, utilizando-se como padrão de remuneração a cidade do Rio de Janeiro em 1986". O resultado mostra que o nível médio de educação no Brasil cresceu apenas 5,4% entre 1976 e 1986 (LEAL & WERLANG, 1991, p. 90).



## GRÁFICO 01

Nível de Renda Média da População Economicamente Ativa  
(1960=100)



Fonte: BARROS & MENDONÇA, 1995, p.137.

Entre 1960 e 1980, o país passou por uma fase de grande crescimento econômico, e proporcionou com isso uma boa elevação da renda média do brasileiro. Entre 1960 e 1970, o nível médio de renda aumentou 25% (crescimento médio anual de 2,2%) e, entre 1970 e 1980, praticamente dobrou com crescimento de 97% (crescimento médio anual de 7%)(BARROS & MENDONÇA, 1995, p. 139-142-145).

Contudo, o modelo econômico implantado no Brasil, foi fundamentado na teoria kaldoriana de crescimento econômico, a qual

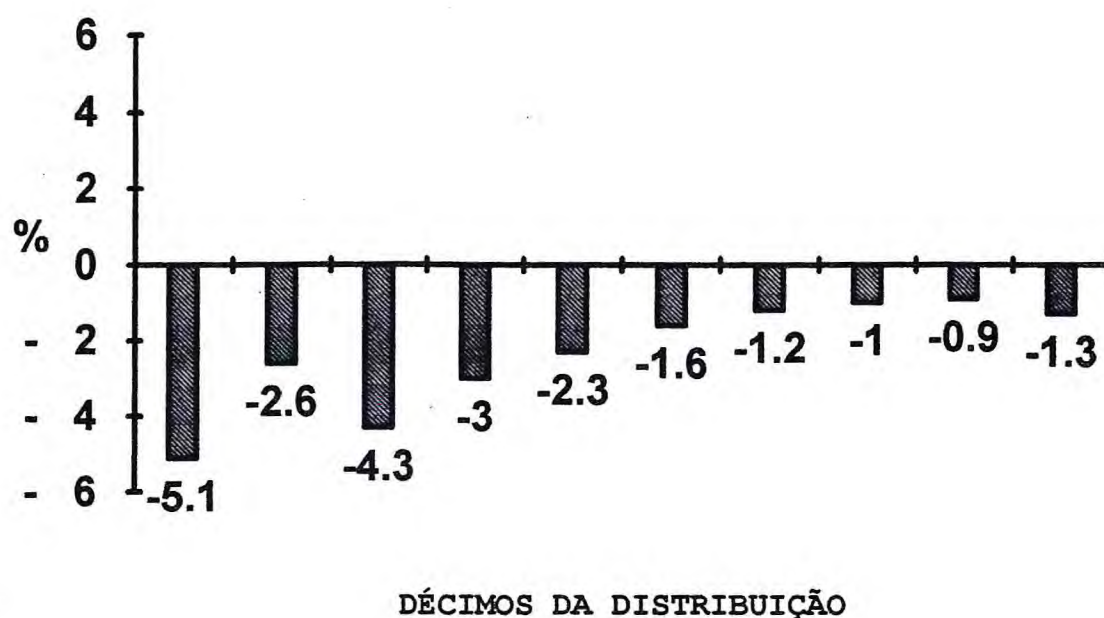
procura concentrar renda em poder das classes sociais mais elevadas a fim de proporcionar a formação de poupança interna para garantir os investimentos e o consumo dos novos bens que seriam produzidos. Com isso, o crescimento da renda média nas décadas de sessenta e setenta foi decorrente da expansão das camadas de renda média e alta, agravando o grau de desigualdade da repartição da renda.

Porém, durante a década de oitenta, o Brasil passou por momentos de grande instabilidade econômica, e por causa disso, o nível médio de renda declinou 14% entre 1980 e 1990, o que equivaleu a uma taxa de crescimento médio anual de (-) 1,5%. No período da grave crise econômica, entre 1981 e 1983, a renda pessoal média chegou a cair 20,4% em termos reais (SINGER, 1986, p. 91), associada a política econômica recessiva para reequilibrar a economia.

É fundamental notar que as perdas de renda não foram igualmente distribuídas. Nos anos oitenta, as perdas foram maiores na porção dos 10% mais pobres, que acabou declinando a uma taxa de 5,1% a.a., o que é uma taxa pelo menos três vezes maior do que a taxa de declínio da renda de todos os grupos para os anos oitenta (BARROS & MENDONÇA, 1995, p.145). Observando o gráfico 02 é possível ver de que maneira se processou as perdas de renda entre os decis da distribuição.

## GRÁFICO 02

*Taxa média anual de crescimento da renda para cada décimo da distribuição\* - 1980/90*



\* A distribuição utilizada é a da população economicamente ativa segundo a renda individual.

Fonte: BARROS & MENDONÇA, 1995, p.146.

Os salários mais baixos<sup>21</sup>, representado pelos primeiros decis, estão associados a trabalhadores pertencentes ao mercado informal de trabalho e aos setores mais tradicionais da economia, os quais possuem menor capacidade de manter o valor real do seu salário, associado a seu fraco poder de barganha por melhores salários e pelas

<sup>21</sup> Os salários mais baixos também podem ser representados pelos trabalhadores que ocupam cargos ou funções de mais baixa remuneração dentro da hierarquia de uma empresa.

próprias condições de mercado da empresa onde atuam, acabaram sofrendo perdas maiores do que os salários mais elevados.

Nos últimos decis, onde estão situados os maiores salários, pagos a trabalhadores de setores mais dinâmicos da economia, que possuem boa organização sindical e forte poder de barganha para obter melhoria dos salários, além de atuarem em setores que possuem condições de dar maiores aumentos salariais, houve menor perda de renda.

Com a economia atravessando período de grande instabilidade durante a década de oitenta, o governo acabou optando pela a execução de planos de estabilização que provocaram a recessão econômica e a redução dos ganhos salariais<sup>22</sup>.

O que se pôde notar foi que o aumento da desigualdade na distribuição de renda na década de oitenta esteve associado ao diferencial de perdas da renda média, diferentemente das outras décadas, em que a renda média cresceu. Nesse período, dada as condições adversas da economia, a renda média da população acabou declinando, com perdas para quase todos os extratos de renda da população<sup>23</sup>, sendo que os grupos de renda mais elevada conseguiram perder menos do que os grupos de renda mais baixa.

---

<sup>22</sup> Com exceção da fase inicial do Plano Cruzado.

<sup>23</sup> A única exceção é o percentil superior, que mesmo assim, não conseguiu um ganho da renda real superior a 1% acumulado entre 1981 e 1990 (BONELLI & RAMOS, 1993, p. 05).

### 2.3. O aumento da desigualdade.

Seguindo a tendência das duas décadas anteriores, a desigualdade de distribuição de renda aumentou na década de oitenta. A tabela a seguir revela um claro aumento no grau de desigualdade de renda durante a década de oitenta, com a fração de renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentando dois pontos percentuais (de 63 para 66%), enquanto a fração da renda apropriada pelos 20% mais pobres declinou 0,9 pontos percentuais (de 3,2% em 1980 para 2,3% em 1990).

*Tabela 03*

*Brasil - Indicadores Seleccionados da Distribuição de Renda da População Economicamente Ativa com Rendimento não-Nulo - 1960/90*

Extratos renda	% Renda 1960*	% Renda 1970*	% Renda 1980*	% Renda 1990**
20% inferiores	3,5	3,2	3,2	2,3
20% seguintes	8,1	6,8	6,6	4,9
20% seguintes	13,8	10,8	9,9	9,1
20% seguintes	20,2	17,0	17,1	17,6
20% superiores	54,4	62,2	63,2	66,1

\* Censos demográficos (1960 e 1970 de Langoni (1973), Tabelas 3.5 e 3.6; 1980 de Bonelli e Malan (1984))

\*\* PNAD anuais, não diretamente comparáveis com censos.

Fonte: BONELLI & RAMOS, 1993, p. 03.

Uma melhor análise da evolução da desigualdade de renda durante a década pode ser feita com base no índice de Gini<sup>24</sup>. O índice de Gini constitui uma das medidas mais comuns para se mensurar o grau da concentração de renda de uma sociedade<sup>25</sup>. Seu valor pode variar de 0 (zero), o que representaria uma perfeita igualdade na distribuição de renda, a 1 (um), o que significaria um nível de desigualdade máxima. O índice é calculado com base nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), realizada pelo IBGE.

*TABELA 04*  
*Índice de Gini para a distribuição pessoal de renda dos indivíduos com rendimento positivo*

ANOS	ÍNDICE DE GINI
1960*	0,497
1970*	0,565
1980*	0,590
1981	0,562
1982	0,577
1983	0,592
1984	0,587
1985	0,599
1986	0,588
1987	0,595
1988	0,612
1989	0,635

Fonte: BONELLI & RAMOS, 1993, p. 08; \*BONELLI & SEDLACEK, 1991, p. 57.

<sup>24</sup> O índice de Gini é mais vantajoso se comparado ao de Theil, pois sua fórmula de cálculo não apresenta problemas ao ser adotada rendas negativas e segundo Love e Wolfson, possui menor "erro de agrupamento" (apud ROSSI).

<sup>25</sup> Além do índice de Gini, também costumam ser usados o índice de Theil, a curva de Pareto e variância dos logs.

De acordo com os índices da tabela 04, nota-se que as três últimas décadas são caracterizadas por uma contínua deterioração da distribuição de renda: em 1960 o índice que era de 0,497, passa para 0,565 em 1970, fica em 0,590 no ano de 1980, e finalmente em 1989, alcança 0,635<sup>26</sup>.

Percebe-se que mesmo nos períodos de grande crescimento econômico entre 1960 e 1980, a distribuição de renda acaba piorando, ficando mais evidente que o problema das desigualdades de renda está relacionado com o modelo de crescimento econômico, e não com sua taxa de incremento.

A tabela aborda mais especificamente o período da década de oitenta. Então, é possível perceber que no início dessa década parecia que o impacto recessivo da economia iria reduzir o grau de concentração de renda (o índice que é de 0,590 em 1980, cai para 0,562 em 1981), resultado que pode ser creditado ao curto efeito da política salarial no período. Mas logo em seguida, ainda com a economia em recessão, o índice volta a crescer, alcançando 0,577 em 1982, e 0,582 em 1983, apesar de ter sido amenizada pela política salarial de 1983.

Posteriormente, mantêm-se a tendência de crescimento da desigualdade da distribuição de renda. Somente em 1986 houve uma redução da desigualdade de renda associada ao modesto processo

---

<sup>26</sup> Nota-se que a variação do índice entre 1960 e 1970 é de 13,7%, bem maior que as variações entre 1970 e 1980 (4,4%) e do que entre 1980 e 1989 (7,6%).

de redistribuição possibilitado pelo Plano Cruzado, mas apesar de seu efeito distributivo positivo, não afetou de maneira significativa a participação na renda dos mais pobres.. Contudo, o efeito distributivo do Plano Cruzado não se concretiza nos anos seguintes, devido às altas taxas de inflação do país, o que implicou numa perda dos ganhos obtidos no período do Plano Cruzado. Logo, nota-se claramente, que ao longo da década de oitenta, a concentração da renda teve um aumento considerável.



### 3. A CONTINUAÇÃO DA DESIGUALDADE NOS ANOS OITENTA

Para muitos autores como Mircea Buesco (1992), a década de oitenta foi considerada a "década perdida" em termos de desenvolvimento econômico. A situação da economia nacional contribuiu para a manutenção do problema das disparidades de renda.

Durante a primeira metade da década de oitenta, mais precisamente entre os anos de 1981 e 1983, a economia brasileira passou por um momento recessivo, que levou o PIB a decrescer cerca de 7%. Nesse período, as políticas de estabilização adotadas no Brasil seguiram um modelo ortodoxo, orientado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), que estava centrado no controle da demanda agregada interna. Tal modelo intensionava o equilíbrio da balança de pagamentos, com utilização de política cambial orientada para a promoção do superávit da balança comercial; a redução dos gastos do governo para diminuir o déficit público; uma redução do crédito público e privado; e uma política salarial que contemplava uma redução do salário real.

Sem dúvida, a crise do início da década de oitenta afetou de maneira negativa a distribuição de renda no país, que mesmo depois de alguns momentos de crescimento econômico nos anos seguintes não foi o bastante para amenizar o problema da extrema desigualdade distributiva, principalmente quando se considera a influência também negativa dos elevados índices inflacionários.

*TABELA 05*  
*Participação na Renda Nacional - %*

Grupos dos	1981	1989
10% mais pobres	0,9	0,6
10% mais ricos	45,6	52,3
5% mais ricos	33,4	39,4
1% mais ricos	13,0	17,3

Fonte: GALVÊAS, 1993, p.30.

Através da tabela 05, é possível perceber como se modificou a repartição da renda nacional. No ano de 1981, os 10% mais ricos da população participavam com 45,6% da renda nacional, e em 1989, esse mesmo grupo tinha uma participação de 52,3% da renda. Isso quer dizer que, em números absolutos, cerca de 14 milhões de pessoas detinham mais da metade da renda interna. Em 1981, o grupo de 1% dos mais ricos detinha 13% da renda nacional (o que equivalia a cerca de 650 mil pessoas), sendo que em 1989, esse grupo passou a deter 17,3% da renda nacional (BUESCU, 1992, p. 53). Dessa maneira, esses dados demonstram claramente que a concentração de renda na década de oitenta continuou aumentando.

### 3.1. A conjuntura econômica dos anos oitenta.

O quadro econômico dos anos oitenta se apresentava bastante instável. Esse foi marcado pela desaceleração do crescimento econômico (ver tabela 05), queda acentuada da renda per capita,

redução da taxa de formação de capital, déficit público elevado, aumento da dívida externa, e principalmente, altos índices de inflação (ver tabela 05). Dado essas condições adversas, pode-se imaginar a dificuldade de se tentar resolver os problema da desigualdade na distribuição de renda no país.

TABELA 05

*Índices inflacionários, Variação do PIB e Índice de Gini - 1980/89*

ANO	IGP - DI (%)*	Var. do PIB (%)*	Índice de Gini**
1980	110.2	9.2	0.590
1981	95.2	- 4.5	0.562
1982	99.7	0.5	0.577
1983	211.0	- 3.5	0.592
1984	223.8	5.3	0.587
1985	235.1	7.9	0.599
1986	65.0	7.6	0.588
1987	415.8	3.6	0.595
1988	1037.6	- 0.1	0.612
1989	1782.9	3.3	0.635

Fonte: \*ALBERTO JÚNIOR, 1995, p. 26; \*\*BONELLI & RAMOS, 1993, p. 08.

Contudo, alguns aspectos positivos dessa fase contribuíram para amenizar o problema da distribuição de renda: o reequilíbrio do balanço de pagamentos, garantido pelos freqüentes superávits na balança comercial; a redução da taxa de crescimento demográfico, que entre 1980 e 1989 foi em média de 1,9% ao ano; uma maior liberdade política, que possibilitou aos sindicatos mais organizados um aumento do poder de barganha por melhores salários.

De qualquer forma, a década de oitenta representou perdas para quase todos os agentes econômicos, exceto para aqueles que ganharam com a especulação financeira decorrente da instabilidade econômica provocada pelos altos índices de inflação.

### 3.2. Distribuição de renda e inflação.

Segundo Eugênio Gudín, a inflação representa *“uma tentativa perpetuada por um grupo econômico de se apropriar de uma parte da renda real pertencente a outros grupos”* (apud BUESCU, 1991, p. 24). Isso mostra como o processo inflacionário nada mais é do que um reflexo da competição entre os agentes econômicos pela apropriação de maiores parcelas da renda gerada.

Mas a disputa em torno da distribuição de renda vai depender de como esses agentes econômicos estão organizados dentro da sociedade. Dessa maneira, a inflação pode ser vista também como um fenômeno ligado ao quadro social e político de um país, e

não somente ao econômico. Os aspectos culturais da população também podem influenciar no aumento de preços, pois a existência de um "espírito inflacionário" nas pessoas faz com que elas tenham uma reação psicológica de aumentar os preços, sem motivos aparentes. O que então acontece é que a inflação dá início a um processo cumulativo em que os agentes econômicos na tentativa de preservar ou expandir sua participação na renda, cria mais inflação, acirrando a luta pela distribuição da renda.

Assim, o Brasil durante a década de oitenta, foi marcado por uma disputa ainda mais intensa pela repartição da renda. A maior liberdade obtida com a abertura política do país acabou se confundindo com uma certa anarquia econômica e, sem uma intervenção mais eficaz do governo na ordenação da economia, os agentes econômicos se mostraram mais livres na disputa pela renda, promovendo a inflação.

Os trabalhadores tentaram se defender da inflação através da pressão dos sindicatos por aumentos salariais; os empresários repassaram possíveis aumentos de custos para os preços, de modo a garantir seus níveis de lucro; o governo aumentou as tarifas públicas para reequilibrar as suas contas. A partir desse ponto não foi mais possível distinguir quem somente estava se defendendo da inflação daquele que estava realmente criando-a.

Entretanto, a capacidade de se proteger de cada grupo, variou bastante, o que acabou concentrando renda em favor daqueles que conseguiram melhores meios para defender seus rendimentos contra a inflação.

Em alguns casos, os indivíduos que possuíam mais informação e melhor acesso aos mecanismos de indexação da renda do que outros. Mas para outros indivíduos, especialmente para os mais pobres, o efeito da inflação elevada foi bastante prejudicial para a manutenção da renda, pois como *"a elasticidade-renda da demanda por moeda tende a ser maior que um, o próprio imposto inflacionário tende a ser regressivo, ou seja, as pessoas mais pobres pagam uma parte maior da renda como imposto inflacionário do que as mais ricas"* (ALBERTO F. JÚNIOR, 1995, p. 13)

Também não há dúvida de que a segmentação do mercado de trabalho e de bens influenciam nesse processo de repartição da renda, principalmente quando alguns setores da economia tem maior poder de fixação de preços do que outros, e quando o maior poder de barganha de alguns sindicatos (normalmente de setores oligopolizados) provocaram maior dispersão dos salários dos trabalhadores.

Então, pôde-se ver como a inflação teve efeitos perversos sobre a economia do país, pois além de ter gerado dificuldades no planejamento econômico, ela afetou a distribuição de renda a favor

dos agentes que melhor puderam se defender de seus efeitos, ou seja, os trabalhadores com maior poder de barganha, as empresas que tinham condições de repassar os aumentos salariais para os preços dos produtos vendidos e os que lucraram com as aplicações financeiras, enquanto outros agentes mal conseguiram reajustar seus rendimentos nominais.

Um melhor entendimento do processo de aceleração inflacionária e seus efeitos distributivos será possível ao se conhecer como são fixados salários e preços nos diferentes segmentos dos mercados de trabalho e de bens (AMADEO & CAMARGO, 1991, p. 187).

### 3.3. Inter-relação entre os mercados de bens e de trabalho.

O comportamento do mercado de trabalho e de bens têm grande influência na formação de distribuição de renda.

A estrutura do mercado de trabalho brasileiro tem duas características fundamentais: é extremamente segmentado (referente a heterogeneidade das empresas e dos trabalhadores) e a existência de um elevado grau de centralização da organização sindical, com disparidade de poder de barganha entre os diferentes grupos de trabalhadores. Basicamente, a segmentação do mercado de trabalho está associada à heterogeneidade das empresas (quanto à tecnologia, ao tamanho, a origem do capital, estrutura de cargos de cada empresa, etc.), à ação sindical (sendo alguns sindicatos mais

organizados que outros), além das leis trabalhistas, que dão privilégios a certas categorias de trabalhadores.

Isso fez com que tanto o mercado de trabalho quanto o mercado de bens tivessem capacidades distintas de se defender do processo inflacionário, provocando enormes transferências de rendas na economia.(AMADEO & CAMARGO, 1991, p.188)

No Brasil, o mercado de bens é dividido em setores competitivos, composto por grande número de firmas, que operam em mercado de muita concorrência e com elevados riscos de perda de uma fatia desse mercado; o setor formado por trabalhadores independentes (trabalhadores liberais, pequenos produtores agrícolas) com características semelhantes ao setor competitivo; e o setor oligopolizado, formado por grandes empresas com grande poder de fixação de preços sem riscos de perdas de mercado. Dessa forma, as empresas do setor mais "competitivo" tem mais dificuldades em negociar aumentos salariais com os trabalhadores do que as do setor oligopolizado (AMADEO & CAMARGO, 1991, p. 190).

Com a inflação, as empresas costumavam fixar os preços dos seus produtos com base nos salários dos trabalhadores. Assim, eram empresas que determinavam a relação entre preços e salários. Apesar da indexação dos salários, as empresas tinham a capacidade de reajustar seus preços num prazo menor do que os reajuste salariais. Desse modo, existiu uma grande desigualdade no processo de ajuste



entre os salários e os preços dos bens, o que acabou se refletindo no aspecto distributivo, quando se considera a aceleração inflacionária.

Para agravar a situação, diante do grande protecionismo que existia no país e do nível de oligopolização<sup>27</sup>, as empresas puderam apresentar maior ou menor capacidade de repassar para os preços dos seus produtos os reajustes salariais.

O poder de barganha<sup>28</sup> dos sindicatos também teve influência nos reajustes salariais. Os sindicatos mais fortes se encontram em empresas industriais mais modernas e oligopolizadas, pois nelas se encontram trabalhadores de melhor qualificação, com maior capacidade de organização e possibilidade de conseguir melhores ganhos salariais. Como trabalhavam em empresas oligopolizadas, com maior capacidade de repassar salários para o preço dos produtos, esses trabalhadores puderam negociar mais facilmente os reajustes salariais.

Dessa maneira, setores mais dinâmicos da economia tiveram melhores condições de se sustentarem durante as crises econômicas, que normalmente atingem com maior gravidade os setores menos eficientes<sup>29</sup>, que tendem a dispensar mais trabalhadores<sup>30</sup>, aumentando o número de desempregados e de subempregados, ou a reduzir mais os salários, pela redução da carga

---

<sup>27</sup> Tendo maior poder de reajustar seus preços, o setor oligopolizado provoca uma transferência de renda dos setores competitivos para o seu próprio setor.

<sup>28</sup> O poder de barganha também está associado à posição que o trabalhador ocupa no emprego.

<sup>29</sup> Representado pelos setores mais tradicionais e por empresas de pequeno porte.

<sup>30</sup> Aqui se considera que os trabalhadores mais qualificados, que predominam nos setores dinâmicos da economia, possuem mais estabilidade no emprego devido à escassez de mão-de-obra capacitada para ocupar seus postos de trabalho.

horária de trabalho e contratação de trabalhadores sem carteira assinada. Essa situação provocou uma maior dispersão de salários dos trabalhadores, agravando a desigualdade de renda.

Assim, é fácil perceber que a segmentação do mercado de trabalho é um elemento importante para explicar a desigualdade salarial observada no Brasil, e conseqüentemente, determinar de modo significativo a desigualdade de renda no país.

### 3.4. Política salarial e distribuição de renda.

As explicações alternativas às interpretações do capital humano enfatizam os efeitos da política econômica adotada pelo governo, dando destaque especial às políticas salariais sobre o nível de desigualdade de renda observado em um país.

A política salarial pode ser considerada um instrumento alternativo para distribuir melhor a renda, apesar de grande parte dos economistas não acreditar que uma mudança na distribuição de renda de um país seja possível com a utilização de uma política salarial<sup>31</sup>, dando mais ênfase no mercado de trabalho como fator determinante dos níveis salariais(SABÓIA, 1991, p. 181).

---

<sup>31</sup> A política salarial não pode ser considerado o fator chave na contribuição para o aumento da desigualdade da distribuição de renda, pois ela só se aplica aos empregados regulamentados. Deve-se por isso lembrar que o emprego regulamentado diminuiu como proporção da força de trabalho durante a década de oitenta, o que faz com que a influência da política salarial sobre a repartição da renda fique mais limitada.

Mas analisando a trajetória das políticas salariais do Brasil desde o período do regime militar, pode-se ter uma idéia de como essas políticas influenciaram na distribuição de salários e renda no país.

Até 1964, o Brasil não apresentava nenhuma política salarial, sendo o governo responsável apenas pela fixação do salário mínimo e da remuneração do funcionalismo público (SABÓIA, 1991, p. 165). Mas a partir de 1965, com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), as questões que se relacionavam a política salarial ganharam importância nos planos econômicos elaborados, sendo também instituídas regras de reajuste para os salários do setor privado - Lei N. 4.725 (SABÓIA, 1991, p.168).

Essas novas regras propunham reajustes anuais de salários, que teriam como base a produtividade do trabalho. Apesar de algumas modificações, essas regras mantiveram sua estrutura básica até 1979, a fim de manter o salário médio real constante.

Na verdade, esse sistema de reajuste representou perdas salariais, porque o governo acabava subestimando os índices de inflação e de produtividade para efeito de cálculo de reposição salarial. No final da década de setenta, devido às pressões sindicais e da já total ineficácia da política salarial vigente, a política salarial passou por alterações.

### 3.4.1. As políticas salariais do Governo Figueiredo.

Em 30 de novembro de 1979 foi instituída uma nova política salarial - Lei n. 6.708<sup>32</sup> (SABÓIA, 1991, p. 170). Com essa lei os salários passaram a ter reajustes semestrais, com diferenciação entre faixas salariais, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) calculado pelo IBGE, havendo concessão de *“aumentos progressivamente decrescentes na medida em que ia subindo a hierarquia salarial”* (GIAMBIAGI, 1987, p. 745), mas com possibilidade de uma livre negociação entre patrões e empregados, baseada na produtividade do trabalho (SABÓIA, 1991:170). De acordo com a nova regra, os reajustes seriam calculados da seguinte maneira: os rendimentos de até 3 salários mínimos (SM), teriam reajuste semestral de 110% do INPC; para quem recebia mais de 3 SM, o reajuste seria calculado em duas ou três etapas. *“No caso daqueles entre 3 e 10 SM, o reajuste correspondia a 110% do INPC para a parcela do salário inferior a 3 SM, e a 100% do INPC para a parcela superior a 3 SM. Finalmente, no caso daqueles que recebiam mais de 10 SM, o reajuste era calculado de modo análogo para a parcela inferior a 10 SM e segundo 80% do INPC para a parcela superior a 10 SM”* (SABÓIA, 1991, p. 171).

Essa forma de diferenciação de indexação por faixas de salários, sem dúvida *“possuía um grande potencial de distribuição entre*

---

<sup>32</sup> Nos anos seguinte, a política salarial passou por várias alterações, mas sempre preservando duas características: *“periodicidade regular dos reajustes e o fato de estes serem baseados na inflação passada”* (GIAMBIAGI, 1987, p.745).

*os salários - dos maiores para os menores salários"*. (SABÓIA, 1991, p. 171). Os salários compreendidos até 10 SM teriam reajustes superiores a inflação, enquanto os demais salários seriam reajustados abaixo do INPC semestral. Com isso, os anos de 1981 e 1982, a política salarial vai contribuir verdadeiramente para diminuição da desigualdade de renda proveniente do trabalho.

Entretanto, os desequilíbrios na balança de pagamentos forçaram o governo a adotar uma política econômica recessiva como maneira de solucionar esse problema. Isso ocasionou novas mudanças na política salarial.

Através da Lei n. 6.886, de dezembro de 1980, foram criadas duas novas faixas salariais de reajuste (SABÓIA, 1991, p. 171). A nova parcela criada, que compreendia parcela entre 15 e 20 SM, seria reajustada em 50% do valor do INPC. A outra parcela, para salários superiores a 20 SM, seria reajustada com base em negociação para os índices de reajuste salarial (SABÓIA, 1991, p. 171). Tais mudanças acabaram prejudicando as parcelas que recebiam salários acima de 15 SM.

Os desequilíbrios externos continuaram e foram necessários novas modificações na política salarial. O arrocho salarial, que foi parte importante dos ajustes na economia brasileira desde 1981, se intensificou em 1983, quando o Brasil passou a seguir as determinações do FMI (Fundo Monetário Internacional), que exigiam uma definição de

uma política salarial para estabelecer algum acordo com o Brasil sobre a dívida externa.

Em janeiro de 1983, foi decretada a Lei n. 2.012. Com ela os salários menores que 3 SM perderiam o adicional de 10% sobre o INPC (ficando em 100% do INPC), ficaria estabelecida uma faixa salarial entre 3 e 7 SM que seriam reajustadas em 95% do INPC, outra entre 7 e 15 SM com reajuste de 80% do INPC, ficando os salários superiores a 15 SM com suas regras de reajuste inalteradas. Essas novas medidas representaram um retrocesso nos planos de redistribuir a renda da Lei n. 6.708. Assim, somente os salários inferiores a 3 SM seriam totalmente indexados enquanto os demais ficariam sujeitos a perdas.

No mesmo ano de 1983 ocorreram mais mudanças na política salarial. Pelo decreto-lei n. 2.024<sup>33</sup>, de maio, somente remunerações de até 7 SM teriam reajuste de 100% do INPC, mantendo-se para as outras faixas salariais as regras do decreto-lei 2.012. Em julho do mesmo ano, o decreto-lei n. 2.045 fez com que todos os salários passassem a ser reajustados semestralmente com base em 80% do INPC, durante um período de 2 anos, deixando de estabelecer a diferenciação da indexação por faixa salarial. Os aumentos salariais acabaram ficando limitados ao crescimento do PIB *per capita*, mas por estar atravessando um momento recessivo da economia, os salários

---

<sup>33</sup> Tanto o Decreto-Lei n. 2.024 quanto o Decreto-Lei n. 2.045 acabaram sendo rejeitados pelo Congresso Nacional, sendo substituídos pelo Decreto-Lei n. 2.065, que foi aprovado.

acabaram tendo uma queda entre 20 e 25% dos salários no intervalo de 2 anos.(SABÓIA, 1991, p. 174)

Logo depois, o decreto-lei n. 2.065 estabeleceria reajustes semestrais, para quatro faixas de salários, sendo que para remunerações inferiores a 3 SM haveria reajuste de 100% do INPC, para as compreendidas entre 3 e 7 SM 80%, entre 7 e 15 SM 60% e para os superiores a 15 SM somente 50%, sendo mantida a possibilidade de aumentos salariais uma vez por ano com base no crescimento do PIB *per capita*.

Devido a uma melhora na economia a partir de 1984 e a ação dos sindicatos, houve uma nova possibilidade de abrandamento da política salarial com a promulgação da Lei n. 7.238 de outubro de 1984 (SABÓIA, 1991, p. 177), estabelecendo que os salários inferiores a 3 SM teriam reajuste de 100% do INPC, enquanto os demais salários seriam reajustados em 80% do INPC, com possibilidade de negociação para alcançar até 100% do INPC, e mantendo-se o crescimento do PIB *per capita* como fator de reajuste do salário.

TABELA 06

*Percentuais de Incidência dos Reajustes Semestrais\* Por Faixas Salariais  
Segundo as Diversas Legislações Salariais*

*Governo Figueiredo (1979-1984)*

Data de vigência	Nov. 1979	Dez. 1980	Fev. 1983	Jun. 1983	Ago. 1983	Nov. 1983	Nov. 1984
Faixas Salariais	Lei n. 6.708	Lei n. 6.886	D.L n. 2012	D.L n. 2024	D.L n. 2045	D.L n. 2065	Lei n. 7238
Até 3 SM	110%	110%	100%	100%	80%	100%	100%
3 a 7 SM	100%	100%	95%	100%	80%	80%	80%
7 a 10 SM	100%	100%	80%	80%	80%	60%	80%
10 a 15 SM	80%	80%	80%	80%	80%	60%	80%
15 a 20 SM	80%	50%	50%	50%	80%	50%	80%
+ de 20 SM	80%	Negoc.	Negoc.	Negoc.	80%	50%	80%

Obs.: SM-maior salário mínimo do país.

\* Reajustes com base no INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Fonte: SABÓIA, 1991, p. 173.

### 3.4.2. A política salarial no Governo Sarney.

Com o fim do regime militar, os sindicatos ganham maior liberdade para debater suas reivindicações, e a partir daí, se iniciaria um período transitório para a fase de implantação de negociação direta entre patrões e empregados. Mesmo durante esse novo período os trabalhadores continuaram tendo perdas salariais diante da aceleração da inflação.

#### 3.4.2.1. A questão salarial no Plano Cruzado.

O Plano Cruzado que tinha como objetivo principal debelar a inflação, através do choque heterodoxo de congelamento de preços



e salários<sup>34</sup>, também trouxe mudanças na política salarial. Após ter solucionado o problema de defasagem entre os salários, estes permaneceriam congelados por até 12 meses, podendo ser reajustados de duas maneiras.

Essas duas normas de reajuste salarial incluídas no Plano Cruzado<sup>35</sup> estabeleciam que: os reajustes se dariam na data-base de cada categoria profissional segundo 60% do IPCA<sup>36</sup>, acumulado desde o último reajuste, ficando os 40% do IPCA restantes da taxa de aumento salarial a serem negociadas (dissídio) (SABÓIA, 1991, p. 178); e que haveria uma "escala móvel" - sempre que a variação de preços acumulada do IPC<sup>37</sup> atingisse 20%, os salários reais médios seriam integralmente corrigidos pela inflação mesmo se ela superasse os 20% (gatilho salarial). O problema da "escala móvel"<sup>38</sup> estava na defasagem entre a divulgação do índice da inflação e o momento de pagamento do salário reajustado, não permitindo que os salários fossem corrigidos a mesma taxa da inflação, provocando perdas no valor do salário real médio, a medida que a inflação fosse se elevando. Posteriormente, com o Decreto-lei n.2.302, o reajuste não poderia

---

<sup>34</sup> Em fevereiro de 1986 os preços foram congelados no pico e os salários pelo valor médio dos seis meses anteriores ao plano.

<sup>35</sup> Plano Cruzado - Decreto-Lei n. 2.283 de 28/02/1986, sendo depois substituído pelo Decreto-Lei 2.284 de 10/03/1986.

<sup>36</sup> "O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) possuía características semelhantes ao INPC, utilizando a estrutura de consumo para rendas familiares até 30 salários mínimos em vez de cinco. A substituição do INPC pelo IPCA deu-se em um período (segundo semestre de 1985) em que o primeiro apresentava taxas mais elevadas devido ao maior crescimento do preço dos alimentos" (SABÓIA, 1991, p. 178).

<sup>37</sup> O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) usou a fórmula do IPCA até outubro de 1986 e posteriormente usou a fórmula do INPC.

<sup>38</sup> Decreto-Lei n. 2.284 de março de 1986.

exceder os 20%, mesmo que o IPC fosse superior a este percentual, o que provocaria ainda mais perdas para o salário real médio.

As dificuldades de manter o congelamento dos preços dos produtos fizeram com que a inflação disparasse, impulsionadas principalmente por ajustes de tarifas públicas e aumento dos preços, decretados pelo governo.

Em janeiro de 1987, a inflação já passava dos 20% mensais, fazendo disparar o gatilho salarial em meses posteriores. Os ganhos salariais obtidos durante os primeiros meses do Plano Cruzado foram substituídos por novas perdas salariais. De acordo com a política salarial vigente, os salários iriam sempre perder com uma inflação muito elevada, pois os reajustes estavam limitados a 20% mensais.

#### 3.4.2.2. A livre negociação salarial.

Com o crescente risco de haver uma hiperinflação, o governo determinou um novo congelamento de preços (Plano Bresser) em junho de 1987<sup>39</sup>, sendo que os salários ficariam congelados por um período de 3 meses, tendo que serem reajustados depois com base na URP (Unidade de Referência de Preços)<sup>40</sup>. (SABÓIA, 1991, p.180).

<sup>39</sup> Decreto-Lei n.s 2.335 de 13/06/1987 e 2.336 de 15/06/1987.

<sup>40</sup> A URP foi criada para substituir o gatilho salarial. Pela sua fórmula os salários seriam reajustados mensalmente com base na média geométrica da variação do IPC dos três meses anteriores. Este percentual de reajuste ficava inalterado pelos três meses seguintes. Como o índice calculado ficava muito aquém do índice de inflação oficial, acumulava-se uma defasagem mês a mês.

Com o Plano Verão de combate à inflação em 1989<sup>41</sup>, a política salarial deixava de ser determinada pelo governo, que extinguiu a URP e congela os salários com base no valor médio dos salários recebidos em 1988. Os reajustes salariais teriam que ser negociados entre patrões e empregados, mas a inexistência de regras explícitas levou a uma série de dificuldades de se estabelecer algum acordo, o que acabou sendo desastroso para os trabalhadores<sup>42</sup>. O Congresso Nacional chegou a interferir nesse assunto, determinando que os reajustes passariam novamente a ser mensais, baseados no IPC. Os rendimentos de até 3 SM teriam reajustes de 100% do IPC, enquanto o restante teriam o reajuste do IPC menos 5%, sendo a diferença incorporada aos salários somente no final de cada trimestre (SABÓIA, 1991, p.180).

### 3.5. A dispersão salarial na década de oitenta.

O que se concluir é que, como ao longo da década de oitenta o Brasil apresentou elevadas taxas de inflação, chegando ao final do ano de 1989 com índice superior a 1.000%, a manutenção dos salários reais ficou inviabilizada seja qual fosse a política salarial adotada, o que acabaria por contribuir para a manutenção das desigualdades de renda durante esse período.

---

<sup>41</sup> Lei n. 7.730 de 31/01/1989.

<sup>42</sup> Somente no primeiro semestre de 1989, a perda salarial, com base no índice oficial do governo, já chegava a 48,43% (MOREIRA, 1989, p. 21).

O que se quer realmente observar com a descrição das políticas salariais dos anos oitenta é a sua influência negativa para os rendimentos dos trabalhadores (excetuando-se o período entre 1980 e 1982). As legislações impostas pelo governo, que tinham o objetivo de preservar o valor real do salário do trabalhador, acabaram provocando perdas salariais para todas as categorias, diante de uma inflação progressiva, que conduzia sempre a reajustes defasados dos salários, considerando ainda que os anos oitenta foi marcado por várias fases de crise econômica, principalmente no início da década.

Mas o que deve ser notado de mais importante é o fato dessas políticas salariais terem provocado um crescimento da desigualdade de renda, via aumento da dispersão salarial, pois as perdas salariais não foram homogêneas para todas as categorias. Considerando que cerca de 90% da renda levantada no Brasil provém do trabalho, a influência das políticas salariais sobre a distribuição pessoal da renda pode ser melhor explicado pela ótica do mercado de trabalho: os trabalhadores mais organizados, normalmente de setores mais dinâmicos da economia, com maior poder de barganha para reivindicar melhores reajustes salariais, tiveram menores perdas salariais, ao contrário dos trabalhadores dos setores competitivos e dos setores mais tradicionais da economia, que utilizando mão-de-obra menos organizada e com pouco poder de barganha para manter o valor de

seu salário real. Essa situação levou a uma maior dispersão dos salários dos trabalhadores, e assim, a uma maior desigualdade de renda.

*TABELA 07*  
*Distribuição da PEA por faixas salariais - 1981/89*

Faixa Salarial	1981	1989
Até 1 salário mínimo	23,0	27,2
Mais de 1 a 2	25,8	21,4
Mais de 2 a 5	26,9	25,2
Mais de 5 a 10	8,8	9,3
Mais de 10 a 20	3,3	5,0
Mais de 20	1,6	3,2
Sem rendimento	10,0	8,1
Sem declaração	0,4	0,6

Fonte: GALVÊAS, 1993, p.31.

Observando a tabela 07, dá para perceber como se alteraram a distribuição dos trabalhadores nas faixas salariais com os acontecimentos da década de oitenta.

O que houve foi uma migração de assalariados das faixas intermediárias de remuneração, mais precisamente entre 1 e 5 salários mínimos, para a faixa mais baixa, constatado pelo crescimento do número de pessoas que passaram a ganhar até um salário mínimo, o que vai repercutir também no crescimento do nível de pobreza.

Por outro lado, o número de trabalhadores com salários acima de 10 SM aumenta, configurando um crescimento da desigualdade salarial no Brasil durante a década de oitenta, e conseqüentemente, agravamento da desigualdade na distribuição de renda.

---

---

## CONCLUSÃO

---

---

A distribuição de renda no Brasil, como em qualquer parte do mundo, é condicionada pela "estrutura de relações de produção que dão sustentação ao modo de produção existente".

Aliados à fenômenos adversos que atingiram a nossa economia, às características da nossa estrutura econômica e ao modelo de desenvolvimento adotado pelo país, o Brasil passou a apresentar uma das piores distribuições de renda do mundo.

O que aconteceu durante a década de oitenta foi uma continuação da tendência concentradora da renda, que foi notada e estudada desde a década de sessenta. Mas a particularidade dessa década foram os momentos de instabilidade econômica que o país passou, que somadas com sua tendência concentradora, provocaram acentuada perda de rendimento da classe trabalhadora.

Nos anos oitenta, como o país viveu momentos de recessão econômica, com altos índices de inflação, o aumento da desigualdade de renda se processa de maneira diferente das décadas de sessenta e setenta. A pouca mudança na estrutura produtiva no país fez com que as mudanças na composição na força de trabalho tivessem menos influência na desigualdade salarial do que nas décadas anteriores. O nível educacional dos trabalhadores, apesar de ser o fator mais relevante para aumentar a produtividade e diminuir a disparidade

salarial entre os diversos setores da economia, teve sua influência reduzida na determinação da desigualdade de renda ao longo da década.

O aspecto mais importante da distribuição de renda no período ficou associado ao "efeito renda". Diferentemente das décadas de sessenta e setenta, em que há crescimento da renda média da população com aumento da desigualdade, a década de oitenta, o brasileiro tem sua renda média reduzida, sendo que algumas classes de trabalhadores, tiveram perdas maiores que outras, e outras que até mesmo conseguiram ganhos reais dos seus salários. O que se pode concluir é que desigualdade na distribuição de renda esteve mais ligada a diferenciação de perdas entre as várias categorias de trabalhadores.

Isso quer dizer que os agentes econômicos que tiveram mais condições de defender suas perdas de renda, como os trabalhadores sindicalizados dos setores oligopolizados da economia, geraram uma "maior dispersão de salários e preços relativos" (SABÓIA, 1991, p. 201).

As medidas de reajuste econômico, que enfatizavam a importância das políticas salariais, como aconteceu no início da década devido aos problemas de equilíbrio com a balança de pagamentos, impuseram regras de reajuste dos salários que acabaram prejudicando os trabalhadores, ambientadas numa estrutura de

mercado imperfeito e segmentado, com inflação descontrolada, levaram a perdas diferenciadas entre os salários dos trabalhadores, e assim a uma maior desigualdade de renda.

O Estado, que em tese, estaria encarregado de regular a economia, com o objetivo de retomar o crescimento, executando um modelo de desenvolvimento capaz de melhorar a qualidade de vida da população, promovendo uma melhoria da distribuição de renda, novamente mostrou-se negligente.

O ponto a favor dos trabalhadores, nessa década foi a maior liberdade e maior atuação de seus sindicatos no plano econômico e político, na luta pela redistribuição da renda em favor das classes menos favorecidas, através da reivindicação de aumentos do salário real e de investimentos públicos em educação, saúde, habitação, etc.

Para concluir, quando se considera uma estrutura econômica caracterizada pelas imperfeições no mercado de trabalho, a forma mais segura, ainda que não seja a mais eficiente, para se reduzir as desigualdades de renda, é o investimento em níveis básicos de educação. A política salarial também pode ser eficaz na melhoria da distribuição de renda, como aconteceu no ano de 1981, desde que haja maior controle do governo sobre o processo inflacionário, combatendo principalmente o abuso de preços por parte de setores oligopolizados. Dessa maneira, para que haja diminuição da desigualdade de renda é imprescindível a interferência do Estado na regulamentação da economia.



---

---

**BIBLIOGRAFIA**

---

---

ALBERTO F. JÚNIOR, Carlos. Inflação e Distribuição de Renda: Uma Análise do Caso Brasileiro na Década de Oitenta. Monografia. Fortaleza: Julho/1995, ps. 09-44.

AMADEO, Edward J. & CAMARGO, José Márcio. *Mercado de Trabalho e Dança Distributiva*. In CAMARGO, José & GIAMBIAGI, Fábio. Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, ps. 187-205.

BARROS, Ricardo P. de & REIS, José Guilherme Almeida. *Desigualdade salarial: Resultados de Pesquisas Recentes*. In CAMARGO, José & GIAMBIAGI, Fábio. Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. ps. 69-81.

BARROS, Ricardo Paes de & MENDONÇA, Rosane. *A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas - 1960/90*. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, Vol. 25, n. 1, Abril/1995, ps. 115-164.

BELLUZO, Luiz G.M.. *Distribuição de Renda: Uma visão da Controvérsia*. In TOLIPAN, Ricardo & TINELLI, Arthur Carlos. A Controvérsia sobre Distribuição de renda e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, ps. 15-35.

BONELLI, Régis & RAMOS, Lauro. Distribuição de Renda no Brasil: Avaliação das Tendências de Longo Prazo e Mudanças na Desigualdade desde Meados dos Anos 70. IPEA, Texto para discussão. Rio de Janeiro: n.288, JAN/1993, ps. 01-28.

- BONELLI, Régis & SEDLACEK, Guilherme Luís. *A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988*. In CAMARGO, José & GIAMBIAGI, Fábio. Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, ps. 47-67.
- BUESCU, Mircea. *A inflação como combate pela renda*. In Carta Mensal. Rio de Janeiro: Vol. 37, n. 436, Jul/1991, ps. 23-32.
- BUESCU, Mircea. *Os anos 80: a década perdida*. In Carta Mensal. Rio de Janeiro: Vol. 38, n. 447, Jun/1992, ps. 53-62.
- CACCIAMALLI, Maria Cristina & FERNANDES, Reynaldo. *Distribuição dos Trabalhadores e Diferenciais de Salários entre os Mercados de Trabalho Regulamentado e Não-Regulamentado*. In Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro: Vol. 23, n. 1, Abril/1993, ps. 135-156.
- GALVÊAS, Ernane. *Crescimento Econômico e Distribuição de Renda no Brasil*. In Carta Mensal. Rio de Janeiro: Vol. 39, n. 463, Out/1993, ps. 23-34.
- GIAMBIAGI, Fábio. *A Aritimética da Escala Móvel: uma análise do comportamento do salário real num regime de reajustes com periodicidade endógena*. In Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro: Vol. 17, n. 3, Dez/1987, ps. 743 - 766.
- LEAL, Carlos Ivan Simonsen & WERLANG, Sérgio R. da Costa. *Educação e Distribuição de Renda*. In CAMARGO, José & GIAMBIAGI, Fábio. Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, ps. 83-96.

MARINHO, Émerson Luís Lemos. Transferência de Renda dos Trabalhadores do Setor Competitivo para os Outros do Setor Oligopolizado: Uma Realidade no Brasil. Série Teses EPGE - FGV. Rio de Janeiro: n. 24, 1993, ps. 01-66.

MOREIRA, Aldemir Freire. Política Salarial no Brasil. Fortaleza: IEL, Núcleo Regional do Ceará, 1989, 59 p.

NOGUEIRA, Dênio. *Desenvolvimento e Concentração de Renda*. In Carta Mensal. Rio de Janeiro: Vol. 39, n. 464, Nov/1993, ps. 55-62.

RAMOS, Lauro R.A. & REIS, José Guilherme Almeida. *Distribuição da Renda: Aspectos Teóricos e o Debate no Brasil*. In CAMARGO, José & GIAMBIAGI, Fábio. Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, ps. 21-45.

RAMOS, Lauro. Desigualdade de Renda e Crescimento Econômico no Brasil: 1976/85. IPEA, Texto para discussão. Rio de Janeiro: n. 213, Abril/1991, ps. 7-13.

ROMÃO, Maurício C.. *Ajuste Interno em uma Economia Heterogênea e seus efeitos sobre a Distribuição de Renda: O Caso Brasileiro*. In Estudos Econômicos. São Paulo: Vol. 2, n. 16, Maio/Ago/1986, ps. 257-274.

ROMÃO, Maurício C.. *Distribuição de Renda, Pobreza e Desigualdades Regionais no Brasil*. In CAMARGO, José & GIAMBIAGI, Fábio. Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, ps. 97-120.

ROSA, Antonio Lisboa Teles da. *Demanda por Mão-de-obra e Distribuição da Renda do Trabalho: o Caso da Indústria Brasileira em Dimensões Nacional e Regional*. In Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, Vol. 25, n.2, Abril/Junho/1994, ps. 175-200.

ROSSI, José W.. Índice de Desigualdade de Renda e Medidas de Concentração Industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SABÓIA, João. *Política Salarial e Distribuição de Renda: 25 anos de desencontros*. In CAMARGO, José & GIAMBIAGI, Fábio. Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, ps. 165-205.

SABÓIA, João. *Salário e Produtividade na Indústria Brasileira: os Efeitos da Política Salarial no Longo Prazo*. In Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro: Vol. 20, n.03, 1990, ps. 581-600.

SINGER, Paul. Repartição da Renda: Pobres e Ricos sob o Regime Militar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, ps. 7-93.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento e Repartição da Renda no Brasil*. In TOLIPAN, Ricardo & TINELLI, Arthur Carlos. A Controvérsia sobre Distribuição de renda e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, ps. 73-104.